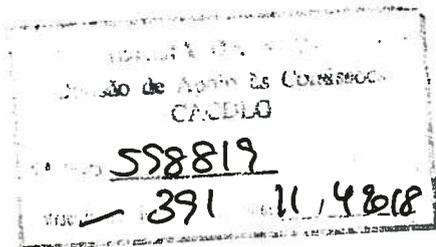




GRUPO PARLAMENTAR

*Aprovado, por unanimidade,  
na reunião de 18.04.2018, na  
sessão do P.E.V.*



Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de  
Assuntos Constitucionais, Direitos,  
Liberdades e Garantias  
Deputado Bacelar Vasconcelos

### REQUERIMENTO

Foi hoje tornado público na comunicação social que as Forças Armadas irão colaborar em operações de segurança interna reforçando as patrulhas policiais para proteger pontos sensíveis, designadamente em casos de ameaças ou incidentes graves, como o terrorismo.

De acordo com esta notícia, os militares atuarão, sempre, sob o controlo operacional do responsável das polícias que comandar a operação.

Esta articulação, bem como os planos que definem o nível de intervenção das forças armadas em operações de segurança interna, enquadram-se no âmbito da Estratégia Nacional de Combate ao Terrorismo (ENCT), cuja responsabilidade de execução e desenvolvimento se encontra cometida à Secretária Geral do Sistema de Segurança Interna.

Ainda segundo o mesmo meio de comunicação quatro dos sete planos previstos na ENCT estarão concluídos faltando ainda a conclusão de três planos: contra ataques nucleares, biológicos, químicos e radiológicos, proteção das comunidades portuguesas no exterior e cibersegurança.

Considerando que a segurança interna cada vez mais se cruza com a segurança externa, uma vez que as ameaças assumem uma natureza global e transnacional, esta articulação entre as forças armadas e as forças de segurança têm por isso, toda a razão de ser, embora todas as explicações sejam necessárias e importantes.



GRUPO PARLAMENTAR

Nestes termos, o Grupo Parlamentar do PSD considera fundamental e urgente a audição da Senhora Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, o que requer.

Assembleia da República, 11 de Abril de 2018.

Os/as Deputados/as do GP/PSD

Carlos Peixoto